

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Relatório do Auditor Independente

Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2025

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2025

Sumário

- ✓ **Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**
- ✓ **Balancos Patrimoniais**
- ✓ **Demonstrações do Resultado**
- ✓ **Demonstrações do Resultado Abrangente**
- ✓ **Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**
- ✓ **Demonstrações dos Fluxos de Caixa**
- ✓ **Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas da
ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.
Porto Alegre - RS

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis da **ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis”, as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, até 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresentava restrições significativas de liquidez, com capital circulante líquido negativo de R\$ 331.526 e prejuízos acumulados de R\$ 664.901, decorrentes principalmente do vencimento antecipado de obrigações financeiras. Conforme detalhado na Nota Explicativa nº 1.1, no exercício de 2025 foi realizada a transferência do Direito Real de Superfície (DRS) e a reestruturação patrimonial associada, que resultaram, substancialmente, na liquidação das principais obrigações financeiras, por meio de compensações patrimoniais. Como consequência, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia passou a apresentar estrutura patrimonial reequilibrada e patrimônio líquido positivo. Nesse contexto, a continuidade operacional encontra-se suportada pela nova estrutura patrimonial e pelo modelo operacional a ser implementado.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas *pelo International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a

elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos suspeição profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a

data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 20 de abril de 2026.

SENSO AUDITORES INDEPENDENTES
CRC N° 2SP 005977/O-9
CVM N° 7307



GUILHERME ROCHA CASTRO SOARES
CRC N° 1SP 290.834/O-4

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	71	157
Contas a receber	5	33.357	16.618
Estoques		-	100
Tributos com compensação diferida	6	3.196	3.196
Tributos a recuperar		429	420
Despesas antecipadas		7	7
Outras contas a receber		1.628	5.493
Total do ativo circulante		38.689	25.991
Não circulante			
Tributos com compensação diferida	6	22.102	25.571
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	-	92.909
Conta a Receber - Grêmio	5	-	39.465
Partes relacionadas	7	65.347	59.862
Outras contas a receber		3.503	1.599
Imobilizado	8	-	1.762
Intangível	9	-	123.056
Total do ativo não circulante		90.951	344.223
Total do ativo		129.640	370.215

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		1.806	5.069
Obrigações trabalhistas		47	1.284
Tributos e contribuições a recolher		401	1.544
Parcelamentos tributários		1.409	1.409
Empréstimos e financiamentos	10	-	344.759
Receita diferida	11	-	972
Outras contas a pagar		4.842	2.480
Total do passivo circulante		8.505	357.517
Não circulante			
Receita diferida	11	-	1.258
Parcelamentos tributários		1.644	3.054
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	12	10.905	11.911
Total do passivo não circulante		12.549	16.223
Patrimônio líquido	13		
Capital social		661.376	661.376
Prejuízos acumulados		(552.790)	(664.901)
Total do patrimônio líquido		108.586	(3.525)
Total do passivo e patrimônio líquido		129.640	370.215

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	14	42.955	51.218
Custos dos serviços prestados	15	(42.915)	(36.600)
Lucro Bruto		40	14.618
Despesas operacionais			
Comerciais	15	(1.820)	(1.951)
Gerais e administrativas	15	(35.418)	(33.350)
Outras receitas (despesas) operacionais	15	263.032	-
		225.794	(35.301)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		225.834	(20.684)
Receitas financeiras	16	1.505	1.995
Despesas financeiras	16	(22.320)	(14.663)
Resultado financeiro, líquido		(20.815)	(12.668)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		205.019	(33.352)
Imposto de renda e contribuição social diferido	17	(92.908)	-
Lucro (prejuízo) do exercício		112.111	(33.352)
Ações		661.376	661.376
Lucro (prejuízo) por ação		0,17	(0,05)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	112.111	(33.352)
Outros resultados abrangentes reclassificados para o resultado do período em períodos subsequentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	<u>112.111</u>	<u>(33.352)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	661.376	(631.549)	29.827
Prejuízo do exercício	-	(33.352)	(33.352)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>661.376</u>	<u>(664.901)</u>	<u>(3.525)</u>
Lucro do exercício	-	112.111	112.111
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>661.376</u>	<u>(552.790)</u>	<u>108.586</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) do exercício		112.111	(33.352)
Ajustes para reconciliação:			
Depreciações e amortizações	8 e 9	10.315	13.750
Reversão da provisão ao valor recuperável	9	(250.838)	-
Valor residual do intangível baixado	9	12.576	17.457
Atualização do contas a receber com o Grêmio Foot-Ball Porto Alegre	5	(3.449)	(4.365)
Atualização monetária e AVP da remuneração fixa direito de exploração	5	1.585	6.430
Provisões para riscos processuais	12	(1.007)	4.765
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa		(139)	-
Juros apropriados	10	18.556	9.481
Tributos diferidos	17	92.909	-
Indenizações securitárias	20	(29.036)	-
(Aumento)/Redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber	5	(26.701)	13.018
Tributos com compensação diferida	6 e 17	3.459	8.834
Tributos a recuperar		-	(51)
Depósitos judiciais		(1.903)	-
Despesas antecipadas		(106)	14
Outros ativos		(809)	(4.687)
Aumento/(Redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(3.263)	686
Tributos e contribuições a recolher e obrigações trabalhistas		(3.680)	(5.636)
Parcelamentos tributários		(1.409)	-
Receita diferida		1.376	(62)
Outros passivos		59.349	979
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(10.103)	27.261
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	8	(679)	(658)
Aquisição de ativo intangível	9	(12.855)	(17.585)
Créditos concedidos a partes relacionadas	7	(5.485)	(10.207)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(19.019)	(28.450)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Indenizações securitárias	15 e 20	29.036	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		29.036	-
Diminuição líquida no caixa e equivalentes de caixa		(86)	(1.189)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			
	4	157	1.346
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício			
	4	71	157
Diminuição líquida no caixa e equivalentes de caixa		(86)	(1.189)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Arena Porto-Alegrense (“Companhia”) é uma Sociedade Anônima de capital fechado, pertencente ao Grupo METHA (atual denominação do Grupo OAS), fundada em 4 de fevereiro de 2009, com sede na Avenida Padre Leopoldo Brentano, nº 110, bairro Humaitá, na Cidade de Porto Alegre - RS.

A Companhia tem como atividade econômica principal a gestão de instalações de esportes e por objeto social: (i) serviços de engenharia; (ii) compra e venda de imóveis próprios; (iii) aluguel de imóveis próprios; (iv) corretagem no aluguel de imóveis; (v) gestão e administração da propriedade imobiliária; (vi) gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas; (vii) serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas; (viii) casas de festas e eventos; (ix) comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente; (x) comércio varejista de bebidas; (xi) comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios; (xii) estacionamento de veículos; (xiii) agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação, e (xiv) outras sociedades de participação, exceto holdings.

Em 18 de dezembro de 2008 a Construtora COESA S.A. - Em Recuperação Judicial (atual denominação da Construtora OAS S.A. - Em Recuperação Judicial) (“Construtora COESA”), firmou contrato com o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense (“Grêmio”), para a prestação de serviços de construção de um novo estádio de futebol (“Arena Grêmio”) no Bairro Humaitá, tendo como contrapartida, o direito de exploração da superfície da Arena Grêmio por 20 anos, através da Companhia, nos termos definidos na Escritura Pública de Constituição de Direito Real de Superfície e Outras Avenças firmada entre as partes em 08 de dezembro de 2011.

Para viabilizar o financiamento da construção da Arena, a Companhia firmou, em 16 de dezembro de 2011, o Contrato de Abertura de Crédito (“CAC”), mediante repasse de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, junto aos bancos repassadores Santander, Banco do Brasil e Banrisul, no montante de R\$ 210 milhões, com prazo de amortização de 10 anos.

A Arena iniciou suas atividades operacionais em 8 de dezembro de 2012. Posteriormente, em 2013 e 2014, determinados termos contratuais entre a Companhia e o Grêmio foram repactuados e formalizados por meio de Memorando de Entendimentos e do Terceiro Aditivo ao Contrato Atípico para Aquisição de Imóveis, Assunção de Obrigação de Construção e Outras Avenças, que estabeleceu o início do prazo de exploração do direito de superfície em 1º de janeiro de 2014, pelo período de 20 anos.

Nos termos desse acordo, a Companhia passou a ter direito à exploração da Arena, comprometendo-se, em contrapartida, ao pagamento ao Grêmio de: (i) um valor fixo devido a partir de janeiro de 2021; e (ii) um valor variável correspondente a 65% do Lucro Líquido Ajustado (“LLA”) da Companhia em cada exercício social. Em caso de resultado negativo, o Grêmio participaria em 50% desse montante, observados os

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

mecanismos de compensação previstos contratualmente.

Desde o início de suas operações, a Companhia concentrou esforços na melhoria de sua performance operacional e geração de caixa, bem como na otimização de sua estrutura de custos, buscando reduzir a necessidade de aportes de seu acionista controlador.

Ao longo dos anos subsequentes, fatores relacionados à sazonalidade das receitas – dependentes principalmente da realização e da renda de eventos esportivos –, bem como a complexidade da estrutura financeira originalmente adotada para viabilização do projeto, impactaram a capacidade de cumprimento integral de determinadas obrigações financeiras vinculadas ao financiamento da Arena.

Nesse contexto, a Companhia iniciou um processo de reestruturação de suas obrigações e de revisão de seu modelo operacional, culminando na operação de transferência da gestão operacional da Arena do Grêmio e na celebração de acordo judicial para adjudicação do Direito Real de Superfície da referida Arena, conforme descrito na Nota Explicativa 1.1.

1.1. Adjudicação do Direito Real de Superfície (DRS) e Reestruturação Patrimonial

No 2º semestre do exercício de 2025, a Companhia concluiu a operação definitiva de transferência da gestão e operação da Arena do Grêmio, bem como formalizou acordo judicial visando a adjudicação do Direito Real de Superfície (DRS) da referida Arena, ativo registrado no grupo de intangível, no contexto de um amplo processo de reestruturação econômico-financeira destinado à liquidação integral de passivos estratégicos, recomposição do equilíbrio patrimonial e racionalização das atividades operacionais.

A operação tornou-se possível após ingresso de um investidor, Marcelo dos Santos Marques (“Marcelo”), que permitiu a consolidação da totalidade dos créditos de financiamento bancário em um único titular, viabilizando a extinção de obrigações por meio de encontro de contas e da adjudicação do Direito Real de superfície, em uma operação de reestruturação patrimonial autossuficiente e sem impacto no caixa da Companhia ou de seus Acionistas, conforme adiante detalhado.

Como etapa preliminar desse processo, em 11 de julho de 2025, a Arena Porto-Alegrense S.A. e Marcelo celebraram instrumentos contratuais, por meio dos quais Marcelo assumiu o compromisso de ingressar na estrutura da operação da Arena, bem como de participar da gestão operacional do ativo e assumir encargos a ele vinculados, estabelecendo as bases negociais para a reorganização das relações contratuais e financeiras relacionadas à exploração do estádio.

Na sequência desse processo, em 18 de setembro de 2025, por meio de Escritura Pública de Cessão de Direitos Creditórios, Marcelo adquiriu da Reeve S.A. a parcela correspondente a 2/3 dos créditos vinculados ao contrato de financiamento

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

originalmente celebrado entre a Companhia e as instituições financeiras mencionadas no item 1 acima, incluindo todos os direitos, garantias e ações associados a tais créditos.

Essa operação consolidou Marcelo como cessionário da maior parte da dívida financeira da Companhia, em substituição ao Santander e Banco do Brasil, conferindo-lhe posição formal de credor perante a Arena Porto-Alegrense S.A. e assegurando-lhe legitimidade para participar das negociações subsequentes voltadas à reestruturação e liquidação do passivo financeiro.

Posteriormente, em 10 de outubro de 2025, foi celebrado Instrumento Particular de Cessão de Crédito entre Marcelo, na qualidade de cedente, e o Grêmio Foot-Ball Porto Alegre (“Grêmio”), como cessionário, tendo por objeto a cessão gratuita, irrevogável e irretratável dos créditos originados do contrato de financiamento mantido entre a Companhia e as instituições financeiras mencionadas anteriormente.

Como resultado dessa cessão, o Grêmio, que, em 21 de outubro de 2024, já havia adquirido parcela correspondente a $\frac{1}{3}$ dos créditos do financiamento bancário e originalmente devida ao Banrisul, passou a deter a titularidade da totalidade dos créditos financeiros relevantes contra a Companhia, assumindo posição central nas negociações destinadas à solução definitiva das obrigações financeiras da Arena.

Na continuidade das tratativas, em 16 de outubro de 2025, o Grêmio, Marcelo e a Arena Porto-Alegrense S.A. celebraram o Instrumento Particular de Transação sob Condição Suspensiva e Outras Avenças (“Termo de Transação Global”), com o objetivo de formalizar a reestruturação definitiva das relações jurídicas, contratuais e financeiras entre as partes, bem como disciplinar a transferência do Direito Real de Superfície (DRS) e da gestão integral do estádio Arena do Grêmio.

Nesse instrumento, o Grêmio, na qualidade de cessionário da totalidade dos créditos decorrentes do financiamento bancário e de outros créditos também cedidos, utilizou tais valores para quitação integral das obrigações financeiras da Companhia, mediante a adjudicação do Direito Real de Superfície (DRS) e a transferência de determinados ativos operacionais vinculados à exploração do estádio.

No contexto dessa operação, as partes celebraram acordo para adjudicação da titularidade do Direito Real de Superfície (DRS) ao Grêmio Foot-Ball Porto Alegre, no âmbito de execução judicial relacionada ao financiamento da Arena, prevendo a quitação integral das obrigações associadas ao referido contrato. O referido acordo foi submetido à homologação judicial, a qual se encontrava pendente na data-base das demonstrações financeiras.

Como consequência, foi promovido encontro de contas e compensação patrimonial entre as partes, resultando na liquidação recíproca de obrigações, na extinção dos passivos financeiros relevantes da Companhia e na transferência definitiva da gestão e exploração do estádio ao Grêmio, com efeitos operacionais a partir de 1º de novembro de 2025.

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Não obstante a pendência de homologação judicial do acordo de adjudicação, a Administração avaliou que, na data-base das demonstrações financeiras, os efeitos econômicos substanciais da transação já se encontravam implementados, considerando, entre outros aspectos: (i) a formalização dos instrumentos contratuais entre as partes; (ii) a definição do valor do crédito e sua quitação mediante a adjudicação do DRS; e (iii) a transferência dos riscos, benefícios e responsabilidades associados ao ativo. Dessa forma, com base no princípio da primazia da essência econômica sobre a forma jurídica, a Companhia reconheceu, no exercício de 2025, os efeitos patrimoniais decorrentes da operação.

Do ponto de vista contábil, a operação ensejou a reversão parcial da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) anteriormente reconhecida sobre o DRS, limitada ao valor recuperável apurado com base nos termos econômicos definidos entre as partes no âmbito da transação. Em seguida, o ativo intangível correspondente foi baixado, em contrapartida à liquidação dos passivos conciliados e à transferência dos ativos operacionais relacionados à exploração do estádio.

A operação produziu efeitos predominantemente patrimoniais, uma vez que os valores envolvidos foram essencialmente destinados à liquidação de obrigações da própria Companhia, resultando na baixa e reclassificação de ativos e passivos relacionados à transação.

Esse evento marca a conclusão do processo de reorganização patrimonial e financeira da Arena Porto-Alegrense S.A., assegurando o equilíbrio estrutural da Companhia e a adequação das demonstrações contábeis à nova realidade operacional, após a transferência definitiva do direito de exploração da Arena do Grêmio.

A homologação judicial do acordo de adjudicação constitui etapa formal do processo, não tendo sido identificados, até a data-base, elementos que alterem os efeitos econômicos já refletidos nas demonstrações financeiras.

1.2. Acordos com órgãos públicos firmados por empresas do Grupo METHA

Determinadas empresas do Grupo METHA são signatárias de acordos celebrados com autoridades públicas no âmbito de investigações relacionadas à Operação Lava Jato, incluindo acordos firmados com a Controladoria-Geral da União (CGU), a Advocacia-Geral da União (AGU) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Esses acordos estabelecem, entre outras obrigações, o aprimoramento e monitoramento contínuo do programa de integridade do Grupo METHA, incluindo a implementação e manutenção de práticas de conformidade alinhadas a padrões internacionais, como a certificação ISO 37001, voltadas à prevenção de ilícitos e ao fortalecimento da ética e da transparência na condução dos negócios.

As obrigações financeiras decorrentes desses acordos são de responsabilidade da controladora METHA S.A., que reconhece as respectivas provisões em suas

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

demonstrações financeiras. Dessa forma, tais acordos não geram obrigações financeiras diretas nem impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

1.3. Recuperação Judicial da METHA S.A. (“METHA”) e determinadas controladas

A controladora da Companhia, Certha Investimentos S.A., sua controladora indireta, Metha S.A., juntamente com outras empresas do Grupo Metha, ajuizaram pedido de recuperação judicial em 17 de outubro de 2023, nos termos da Lei nº 11.101/2005, perante a 2ª Vara Empresarial da Comarca de Salvador. O processamento do pedido foi deferido em 31 de outubro de 2023, com a suspensão das ações e execuções contra as sociedades recuperandas pelo prazo legal.

O Plano de Recuperação foi aprovado pelas respectivas classes de credores em Assembleia Geral de Credores realizada em 24 de abril de 2025, encontrando-se, na data de aprovação destas demonstrações financeiras, pendente de homologação judicial.

A Companhia não é parte no referido processo de recuperação judicial. A Administração acompanha os desdobramentos do processo e, até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, não identificou impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira ou sobre as operações da Companhia.

2. Base de elaboração e políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições da legislação societária (Lei 11.638/07 e 6.404/76) e pelos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.2. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa n° 3.

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das presentes demonstrações contábeis em 20 de abril de 2026, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que possam ter efeito sobre estas demonstrações contábeis, quando requeridos.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se em informações históricas e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.5. Novas normas, alterações e interpretações adotadas e ainda não vigentes

a) Normas, alterações e interpretações adotadas no período

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, entraram em vigor determinadas alterações às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e aos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais foram analisadas pela Administração.

Dentre as principais alterações aplicáveis ao período, destacam-se:

- alterações às normas IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 / CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, relacionadas a aspectos de classificação, mensuração e aprimoramento das divulgações;
- melhorias anuais às normas IFRS (Annual Improvements - ciclo recente), contemplando ajustes pontuais em normas como IFRS 1 / CPC 37, IFRS 7 / CPC 40, IFRS 9 / CPC 48, IFRS 10 / CPC 36 e IAS 7 / CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- revisões e atualizações pontuais emitidas pelo CPC ao longo dos exercícios recentes.

A Administração avaliou os impactos dessas alterações e concluiu que não houve efeitos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia no período,

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

considerando a natureza de suas operações e a consistência das práticas contábeis já adotadas.

b) Normas, alterações e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

Foram emitidas novas normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, dentre as quais destaca-se:

- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (correspondente ao CPC 51), emitida em abril de 2024, que substituirá a IAS 1 / CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Essa norma introduz novos requisitos de apresentação e divulgação, incluindo a definição de subtotais padronizados na demonstração do resultado, maior disciplina na agregação e desagregação de informações e exigências adicionais relacionadas a métricas de desempenho gerenciais (Management Performance Measures - MPMs). A vigência obrigatória ocorre para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027.

A Administração encontra-se avaliando os potenciais impactos da referida norma e, até o momento, não identificou efeitos relevantes que possam alterar de forma significativa suas demonstrações contábeis, considerando sua estrutura operacional e a natureza de suas transações.

Não há outras normas, alterações ou interpretações emitidas e ainda não vigentes que possam ter impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações contábeis são:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa, aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.2. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

quais são considerados créditos tributários.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante.

3.3. Imobilizado

Encontra-se registrado ao custo de aquisição e deduzido das respectivas depreciações calculadas de forma linear ao longo da vida útil do ativo.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo), são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.4. Intangível

Refere-se ao valor do direito de exploração decorrente do contrato firmado com o Grêmio, registrado ao custo de construção do novo estádio e acrescido da margem de construção.

Em função das características desse contrato apresentarem semelhança significativa com as características das transações mencionadas na Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Companhia estabeleceu suas políticas contábeis para registro do contrato de direito de exploração baseada na referida interpretação. Até 2025, o ativo intangível foi amortizado de forma linear, a partir de janeiro de 2013, considerando o prazo de 252 meses (equivalente ao prazo de concessão).

3.5. Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros (“impairment”)

No final de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos de vida útil definida, para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados, são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e dos riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável, é reconhecida imediatamente no resultado. A política contábil descrita segue o pronunciamento contábil - CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“*impairment*”).

3.6. Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias, conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços.

3.7. Remuneração fixa pelo direito de exploração do imóvel

Refere-se ao valor a ser pago ao Grêmio a título de remuneração pelo uso da superfície onde está localizado o imóvel Arena Grêmio. Conforme previsão contratual, os valores serão atualizados pelo IPCA. O saldo é apresentado no ativo não circulante, na rubrica Contas a receber, e as parcelas foram ajustadas a valor presente de acordo com o CPC 12 - Ajuste a Valor Presente (AVP).

De acordo com o Terceiro Aditivo, a compensação com o preço fixo, está limitada a parcela de 50% dos resultados negativos da operação da Arena com base no Lucro Líquido Ajustado em cada exercício social, até o término do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, desta forma, a compensação com os valores mensais do preço fixo devidos ao Grêmio, estará limitada ao período de janeiro de 2021 a dezembro de 2028.

3.8. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os instrumentos financeiros são classificados como: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA); e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (VJR). A Companhia determina a classificação dos seus instrumentos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

a) Ativos financeiros - Classificação e mensuração subsequente

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados, são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

b) Ativos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia classifica nesta categoria, o saldo de caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa n° 4), contas a receber de clientes (nota explicativa n° 5), partes relacionadas (nota explicativa n° 7) e outros ativos circulantes e não circulantes.

c) Ativos financeiros ao valor justo registrado por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

A Companhia não possui nenhum instrumento financeiro passível de ser classificado nesta categoria.

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

d) Ativos financeiros ao valor justo registrado por meio do resultado do exercício (VJR)

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

A Companhia classifica como instrumento financeiro ao VJR o contas a receber do Grêmio (nota explicativa n° 5 (c)).

e) Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

f) Passivos financeiros ao custo amortizado

A Companhia classifica como passivo financeiro ao custo amortizado o saldo fornecedores, empréstimos e financiamentos (nota explicativa n° 10) e outros passivos.

g) Passivos financeiros ao valor justo registrado por meio do resultado do exercício (VJR)

A Companhia classifica como passivo financeiro ao VJR a remuneração fixa pelo direito de exploração (nota explicativa n° 5 (d)).

h) Desreconhecimento de ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo não transfere, tampouco, mantém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

i) Desreconhecimento de passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro, baseado nos termos modificados, é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

j) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

k) “Impairment” de ativos financeiros

Os ativos mensurados ao custo amortizado são revisados a cada exercício, para avaliar se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros estar deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de “*impairment*” são incorridos, somente se há evidência objetiva de “*impairment*” como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda, tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

A Companhia avalia, em primeiro lugar, se existe evidência objetiva de “*impairment*”. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por “*impairment*” incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;

(iv) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou

(v) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- Mudanças adversas na situação do pagamento dos devedores na carteira;
- Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros.

O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração de resultado. Se um ativo financeiro possuir uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por “*impairment*” é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o “*impairment*” com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por “*impairment*” diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o “*impairment*” ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor ou realização do ativo em caixa), a reversão da perda por “*impairment*” reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração de resultado.

3.9. Tributação

Imposto de renda e contribuição social - corrente

A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda (“IR”) e a Contribuição Social (“CS”). O IR é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a CS é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.10. Provisões

A Companhia reconhece provisão para todas as causas cuja probabilidade de perda seja estimada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita.

Receita de venda de ingressos e patrocínios

A receita compreende o valor proveniente da venda de ingressos, patrocínios e espaços de publicidade em eventos organizados pela Companhia.

Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros projetados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

Receita diferida

As receitas de serviços faturados e não realizados são contabilizadas na conta de receita diferida, e serão registradas no resultado da Companhia, com base no valor contratual, de forma que as receitas contraponham os custos da prestação do serviço, em sua correta competência.

3.11. Custo de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos relativos ao empréstimo.

3.12. Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação é calculado com base na quantidade total de ações em circulação no exercício.

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa	14	26
Bancos	57	115
Aplicação financeira	-	16
	<u>71</u>	<u>157</u>

5. Contas a receber

As contas a receber de clientes estão compostas da seguinte forma:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante		
Grêmio (a)	-	9.171
Camatores/Cadeiras/Ingressos	2.040	7.125
Aluguel de espaços	84	355
Outros	31.233	105
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (b)	-	(139)
	<u>33.357</u>	<u>16.618</u>
Não circulante		
Contas a Receber Grêmio (c)	-	94.707
Remuneração fixa pelo direito de exploração (d)	-	(55.242)
	<u>-</u>	<u>39.465</u>
	<u>33.357</u>	<u>56.083</u>

(a) Em razão dos ajustes contratuais do Terceiro Aditivo, ficou acordado que na hipótese do número de associados ultrapassar o número atingido até dezembro de 2012, o Grêmio se obrigará a repassar para a Companhia, valores relativos ao excedente verificado em cada período;

(b) A provisão de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”), é constituída com base na análise individual de cada cliente considerando as prováveis perdas com os créditos em aberto e é considerada suficiente pela Administração para a cobertura de eventuais perdas. No exercício de 2025, determinados créditos anteriormente provisionados foram baixados contra a

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

respectiva provisão, em decorrência da conclusão dos procedimentos de recuperação e/ou da avaliação de irrecuperabilidade desses ativos, não havendo impactos adicionais relevantes no resultado do período;

(c) Contas a receber - Grêmio (“Dívida 2013”)

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de contas a receber junto ao Grêmio, denominado “Dívida 2013”, era composto, substancialmente, por valores relacionados a ressarcimentos e adiantamentos efetuados no âmbito da inauguração da Arena, projetos complementares e outras obrigações contratuais, atualizados monetariamente pelo IPCA.

Conforme previsto nos instrumentos contratuais vigentes, tais valores eram passíveis de compensação com obrigações da Companhia junto ao Grêmio, incluindo comissões imobiliárias, preço variável e remuneração fixa pelo direito de exploração da Arena (nota explicativa nº 5(d)).

No exercício de 2025, no contexto da reestruturação contratual e patrimonial descrita na Nota Explicativa nº 1.1, os referidos saldos foram integralmente considerados no encontro de contas entre as partes, resultando na sua baixa integral nas demonstrações financeiras da Companhia.

(d) Remuneração fixa pelo direito de exploração

Nos termos contratuais, a Companhia estava obrigada ao pagamento de remuneração fixa ao Grêmio pelo direito de exploração da Arena, em parcelas mensais, corrigidas pelo IPCA, as quais eram compensáveis com os saldos a receber mencionados no item (c).

Em 2025, no contexto da reestruturação contratual mencionada acima, tais obrigações foram igualmente consideradas no encontro de contas entre as partes, resultando na liquidação e baixa dos saldos correspondentes.

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Tributos com compensação diferida

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
PIS	20.787	5.132
COFINS	4.511	23.635
	<u>25.298</u>	<u>28.767</u>
Circulante	3.196	3.196
Não circulante	22.102	25.571
	<u>25.298</u>	<u>28.767</u>

O PIS e a COFINS com compensação diferida referem-se aos créditos calculados sobre os custos de construção relativos à formação do ativo intangível, diferidos pelo prazo de amortização do mesmo, podendo estes, após esse prazo, ser compensados com tributos de mesma natureza.

7. Partes relacionadas

Abaixo estão demonstradas as operações de partes relacionadas entre a Companhia e as demais empresas do grupo:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Smart Arenas Gestão de Instalação Esportivas Ltda.	65.347	59.862
	<u>65.347</u>	<u>59.862</u>

Refere-se a saldo de conta corrente entre as partes, através de Contrato de Conta Corrente e Outras Avenças entre a Metha S.A. e suas empresas ligadas/controladas, sem incidência de encargos financeiros.

Remuneração da diretoria

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia totalizaram R\$ 9.076 durante o exercício de 2025 (R\$ 5.596 em 2024).

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamento s	Equipamentos de informática	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Custo					
Saldos em 31/12/2023	2.508	1.013	386	4.877	8.784
Adições	-	-	-	658	658
Baixas	-	-	(3)	-	(3)
Saldos em 31/12/24	2.508	1.013	383	5.535	9.439
Adições	-	-	-	679	679
Baixas	(2.508)	(1.013)	(383)	(6.215)	(10.118)
Saldos em 31/12/25	-	-	-	-	-
Depreciação Acumulada					
Saldos em 31/12/2023	(2.402)	(961)	(358)	(3.931)	(7.652)
Depreciações	(1)	(8)	3	(19)	(25)
Saldos em 31/12/24	(2.403)	(969)	(355)	(3.950)	(7.677)
Depreciações	-	(2)	-	(5)	(7)
Baixas	2.403	970	355	3.955	7.684
Saldos em 31/12/25	-	-	-	-	-
Valor contabilizado líquido					
Saldos em 31/12/2024	105	44	28	1.585	1.762
Saldos em 31/12/2025	-	-	-	-	-

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1, no contexto da transação celebrada entre a Companhia, o Grêmio e terceiros relacionados, os saldos de imobilizado foram considerados no âmbito do encontro de contas e da liquidação das obrigações recíprocas entre as partes.

Em decorrência dessa operação, tais saldos foram transferidos e compensados no contexto da reestruturação contratual e patrimonial, resultando na baixa integral dos respectivos montantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

9. Intangível

O direito de exploração representa os custos de construção incorridos na formação do ativo intangível da Arena, acrescidos da margem de construção de 3% na prestação dos serviços de gerenciamento da obra.

O ativo intangível foi amortizado de forma linear, a partir de janeiro de 2013, considerando 252 meses, final do direito de exploração da superfície em dezembro de 2033.

A Administração da Companhia analisou a projeção dos fluxos de caixa para o tempo remanescente do contrato da escritura de superfície. O Estudo de Avaliação Econômico-Financeira objetivou uma avaliação concisa do valor recuperável do

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

“Ativo intangível - Direito de exploração”, conforme determina o pronunciamento contábil CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da Administração, premissas macroeconômicas e taxa de desconto calculada pelo custo médio ponderado de capital.

Com base nesse estudo, a Companhia apresentou em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024, provisão para redução ao valor recuperável de seu ativo intangível (“*impairment*”) no montante de R\$ 360.960, registrada em exercícios anteriores, na conta “Provisão para redução ao valor recuperável do ativo”.

	31/12/2025			31/12/2024	
	Custo	Amortização Acumulada	Provisão ao Valor Recuperável Ativo	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Software	-	-	-	-	404
Direito de Exploração	-	-	-	-	120.851
Outros (Benfeitorias e Outros)	-	-	-	-	1.801
Total	-	-	-	-	123.056

A seguir estão demonstradas as movimentações no ativo intangível:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	123.056	136.650
Adições	12.855	17.618
Baixas	(12.576)	-
Reversão da provisão ao valor recuperável (i)	250.838	-
Compensação (i)	(363.865)	(17.491)
Amortização registrada exercício	(10.308)	(13.721)
Saldo Final	-	123.056

(i) Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1, no contexto da transação celebrada entre a Companhia, o Grêmio e terceiros relacionados, os saldos de intangível foram considerados no âmbito do encontro de contas e da liquidação das obrigações recíprocas entre as partes. A operação ensejou a reversão parcial da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) anteriormente reconhecida e o ativo intangível correspondente foi baixado, em contrapartida à liquidação dos passivos conciliados e à transferência dos ativos operacionais relacionados à exploração do estádio.

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos e financiamentos

	<u>Taxa anual de juros</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
	TJLP + taxa legal		
Financiamento para construção (a)	(judicial)	-	344.759
		<u>-</u>	<u>344.759</u>

(a) Refere-se à linha de financiamento obtida junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, tendo como agentes repassadores o Banco Santander, o Banco do Brasil e o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, para construção da Arena.

O saldo devedor foi ajustado em 30 de abril de 2022, conforme demanda judicial protocolada pelos bancos repassadores. Os encargos financeiros a partir dessa data, foram os mesmos utilizados na correção de débitos judiciais.

Ao longo dos exercícios subsequentes, os direitos creditórios relacionados a esse financiamento foram objeto de sucessivas cessões entre terceiros, culminando na concentração dos créditos por partes relacionadas à operação de reestruturação financeira da Companhia.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.1, no contexto da reestruturação das relações contratuais e financeiras envolvendo a Companhia, Marcelo dos Santos Marques e o Grêmio Foot-Ball Porto Alegre, os créditos decorrentes do referido financiamento foram integralmente cedidos ao Grêmio, que os utilizou para liquidação das obrigações da Companhia no âmbito do Termo de Transação Global celebrado em 16 de outubro de 2025, mediante encontro de contas e adjudicação do Direito Real de Superfície (DRS) e de outros ativos operacionais relacionados à exploração do estádio.

Em decorrência dessa operação, o saldo do referido financiamento foi integralmente liquidado nas demonstrações financeiras da Companhia.

Garantias

O contrato original de financiamento junto ao BNDES previa garantias usuais para operações dessa natureza, incluindo, entre outras, alienação fiduciária das ações da Companhia, cessão fiduciária de direitos creditórios, alienação fiduciária do imóvel Arena e do respectivo Direito Real de Superfície, bem como contrato de suporte e outras avenças (ESA).

Parte dessas garantias foi executada ou ajustada ao longo da vigência do contrato, conforme previsto nos instrumentos contratuais.

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.1, com a liquidação integral do financiamento no contexto da reestruturação das relações contratuais e financeiras da Companhia, as obrigações associadas ao referido contrato foram extintas.

11. Receita diferida

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Aluguel de camarotes	-	1.870
Aluguel de cadeiras	-	60
Patrocínio	-	300
	<u>-</u>	<u>2.230</u>
Circulante	-	972
Não Circulante	-	1.258
	<u>-</u>	<u>2.230</u>

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1, no contexto da transação celebrada entre a Companhia, o Grêmio e terceiros relacionados, os saldos anteriormente registrados na rubrica de receitas diferidas foram considerados no âmbito do encontro de contas e da liquidação das obrigações recíprocas entre as partes.

Em decorrência dessa operação, tais saldos foram transferidos e compensados no contexto da reestruturação contratual e patrimonial, resultando na baixa integral dos respectivos montantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

12. Provisão para riscos processuais

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

Com base na análise individual dos processos em andamento, e tendo como suporte a opinião de advogados, as provisões para perdas prováveis estimadas com os referidos processos estão classificadas na rubrica provisões no passivo não circulante:

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Cível	5.550	5.550
Trabalhista	5.355	6.361
	<u>10.905</u>	<u>11.911</u>

Processos trabalhistas: As principais reivindicações são relativas a vínculos trabalhistas, horas extras, intervalo intrajornada, adicional de insalubridade/periculosidade, danos morais e equiparação salarial.

Processos cíveis: As principais reivindicações são relativas a cobrança de serviços prestados e indenizações por danos.

A Companhia é parte em processos trabalhistas que montam a R\$ 1.611 (R\$ a R\$ 6.406 em 2024), e em processos cíveis que montam a R\$ 1.422 (R\$ 350.947 em 2024), nos quais, na opinião de seus assessores jurídicos, são considerados como de perda possível e/ou de valor ilíquido e por esta razão nenhuma provisão foi constituída.

Os processos cíveis possíveis referem-se principalmente em razão do ajuizamento de dois processos de execução contra a Arena Porto-Alegrense S.A.

Entre os processos cíveis, destacam-se duas execuções relevantes contra a Arena Porto-Alegrense S.A.: (i) cumprimento de sentença decorrente de Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul, referente a medidas de contrapartida relacionadas ao impacto do Complexo Arena, no valor de R\$ 117.523, no qual a Companhia foi incluída como executada; e (ii) execução proposta por instituições financeiras em abril de 2022, relacionada ao contrato de financiamento para construção da Arena.

Conforme descrito na Nota 1.1, durante o exercício de 2025 foi conduzido um amplo processo de renegociação e reestruturação financeira, que culminou na liquidação integral das principais obrigações financeiras da Companhia, mediante cessão de créditos, encontro de contas e transferência do Direito Real de Superfície e da gestão da Arena ao Grêmio.

Nesse contexto, parte relevante das discussões cíveis estava relacionada ao passivo financeiro decorrente do financiamento da construção da Arena, cuja solução foi contemplada no processo de transação global e reorganização patrimonial.

A operação resultou na extinção ou renegociação dos passivos financeiros estratégicos, contribuindo para a redução substancial do montante de contingências cíveis possíveis em 2025.

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 661.376 e está representado por 661.376.497 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas de propriedade da CERTHA Investimentos S.A.

Destinação dos lucros

O estatuto social da Companhia prevê a seguinte destinação dos lucros apurados no final de cada exercício, depois de deduzidas as participações no resultado: (a) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (b) formação de reservas para contingências, caso haja necessidade; (c) constituição de reservas de lucro a realizar, se for o caso, na forma prevista pela legislação; (d) pagamento de dividendos anuais obrigatórios de, no mínimo, 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei de acordo com as deduções previstas em “a”, “b” e “c” anteriores; e (e) a Assembleia Geral resolverá sobre o destino do saldo remanescente do lucro líquido do exercício.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou lucro líquido, o qual foi integralmente destinado à absorção parcial dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

Dessa forma, não houve base para constituição de reservas ou distribuição de dividendos no exercício.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não apresentou lucro líquido, razão pela qual não houve base para cálculo de dividendos.

14. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Cessão onerosa de cadeiras - sócios Grêmio	1.543	18.861
Bilheteria e cadeiras	30.975	23.948
Camarotes	5.181	7.068
Publicidade e patrocínio	3.617	3.253
Loações áreas e eventos	6.117	3.688
Outras receitas	1.632	947
	<u>49.065</u>	<u>57.764</u>
(-) Impostos incidentes sobre a receita	(6.109)	(6.547)
Receita Líquida	<u><u>42.955</u></u>	<u><u>51.218</u></u>

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Custo e despesas por natureza e função

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Despesas por função		
Custos	(42.915)	(36.600)
Despesas comerciais	(1.820)	(1.951)
Despesas gerais e administrativas	(35.418)	(33.350)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	263.032	-
	<u>182.879</u>	<u>(71.902)</u>
Despesas por natureza		
Depreciações e amortizações	(10.315)	(13.750)
Custo com eventos	(21.798)	(14.394)
Despesas com pessoal	(7.371)	(12.260)
Serviço de terceiros	(28.411)	(13.380)
Outras despesas	(18.296)	(9.661)
Custos fixos	(10.802)	(8.457)
Reversão da provisão ao valor recuperável (i)	250.838	-
Indenizações recebidas (ii)	29.036	-
	<u>182.879</u>	<u>(71.902)</u>

(i) Referente a reversão parcial da provisão ao valor recuperável, conforme Nota Explicativa nº 1.1

(ii) Refere-se às indenizações securitárias reconhecidas no exercício, decorrentes do sinistro ocorrido em 2024, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 20.

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Resultado financeiro

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Receitas Financeiras</u>		
Juros de aplicações financeiras	53	72
Atualização do contas a receber	3.449	4.162
Ajuste valor presente da remuneração fixa pelo direito exploração	(1.871)	(2.254)
Outras receitas/despesas	(126)	15
Subtotal	<u>1.505</u>	<u>1.995</u>
<u>Despesas Financeiras</u>		
Juros sobre financiamentos	(18.556)	(9.481)
Atualização da remuneração fixa pelo direito exploração	(286)	(4.175)
Outras despesas	(3.479)	(1.007)
Subtotal	<u>(22.320)</u>	<u>(14.663)</u>
	<u>(20.815)</u>	<u>(12.668)</u>

17. Imposto de Renda e Contribuição Social

Impostos diferidos

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, sobre a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos, passivos e valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas definidas atualmente para determinação dos tributos é 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo fiscal e base negativa	(3.708)	(30.730)
Diferenças temporárias ativas (a)	3.708	127.265
Diferenças temporárias passivas (b)	-	(3.627)
	<u>-</u>	<u>92.908</u>

(a) Ativo tributário diferido decorrente de diferenças temporárias sobre as perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa e da provisão para redução ao valor recuperável do ativo “impairment”;

(b) Passivo tributário diferido decorrente de diferenças temporárias, principalmente sobre a margem de construção.

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir demonstramos a reconciliação do ativo (passivo) fiscal diferido:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldos de abertura	92.909	98.547
IR/CSLL revertidos	(92.909)	(5.638)
Saldos no final do período	<u>-</u>	<u>92.909</u>

A Companhia apurou os impostos devidos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 pela sistemática do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	205.019	(33.353)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
	(69.706)	11.340
Impostos não reconhecidos no resultado	69.747	(11.303)
Diferenças permanentes	(40)	(37)
IR/CSLL revertidos	(92.909)	-
	<u>(92.909)</u>	<u>-</u>
Correntes	-	-
Diferidos	(92.909)	-

Realização do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Até 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia avaliava a recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos com base em projeções de fluxos de caixa, considerando o prazo remanescente do contrato da escritura de superfície, suportadas por Estudo de Avaliação Econômico-Financeira, em conformidade com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos.

No exercício de 2025, no contexto da reestruturação patrimonial e da transferência do Direito Real de Superfície (DRS), conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.1, houve alteração substancial no modelo operacional da Companhia, com a consequente baixa dos ativos e passivos relacionados à operação anteriormente existente.

Em decorrência dessa nova realidade econômica e operacional, as premissas que suportavam a realização futura dos ativos fiscais diferidos deixaram de existir, motivo pelo qual os respectivos saldos foram integralmente baixados no exercício de 2025, com impacto no resultado do período.

No contexto da reestruturação patrimonial e da transferência do Direito Real de Superfície (DRS), conforme descrito na Nota Explicativa 1.1, houve a baixa dos ativos e passivos relacionados à operação e à estrutura operacional anteriormente existente. Em decorrência dessa nova realidade econômica e operacional da

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia, os saldos de impostos diferidos associados a essas operações foram baixados contabilmente, refletindo a descontinuidade das premissas que suportavam sua realização futura.

18. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado. Esses riscos são monitorados pela Administração utilizando-se instrumentos de gestão e políticas internas. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O fluxo de caixa é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a assegurar a disponibilidade de recursos necessários para garantir a cobertura de seus compromissos operacionais e financeiros. O risco de liquidez vem sendo mitigado com o cumprimento da decisão judicial, referida na nota explicativa nº 1 acima, que reconheceu a obrigatoriedade dos bancos repassadores respeitarem a senioridade da manutenção da operação em relação ao pagamento do financiamento.

Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores a receber de seus clientes.

O saldo a receber de clientes é substancialmente denominado em reais e está distribuído em diversos clientes. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia tem feito avaliação individual para adesão de novos clientes, mas, como uma prática de mercado, requer recebimento antecipado apenas para clientes considerados de alto risco. A administração monitora o risco do saldo a receber de clientes mediante o registro de Provisão Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD).

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia atua de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

Risco de taxa de juros

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros.

Valor justo

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações contábeis:

	Hierarquia de Valor	31/12/2025	
		Contábil	Mercado
<u>Ativos Financeiros</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	1	71	71
Contas a receber clientes	1	33.357	33.357
Partes relacionadas		65.347	65.347
Outros ativos	2	5.131	5.131
Total		103.907	103.906
<u>Passivos Financeiros</u>			
Fornecedores		1.806	1.806
Outras obrigações	1	4.842	4.842
Total		6.650	6.649

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações se aproximam do seu valor de mercado;
- Valores a receber a longo prazo a taxas pré e pós-fixadas são avaliados pela Companhia com base em parâmetros tais como taxas de juros, fatores de riscos específicos de cada país, credibilidade individual do cliente e as características de risco
- do projeto financiado. Com base nessa avaliação, são constituídas provisões para fazer face às perdas esperadas nesses valores a receber. Em 31 de dezembro de 2025, o valor contábil desses valores a receber, líquido das provisões, se aproxima de seu valor justo;
- O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, remuneração fixa pelo direito de exploração do

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

imóvel, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, foi definido considerando as taxas contratuais/judiciais.

Hierarquia de valor justo

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1:** Preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- **Nível 2:** Outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- **Nível 3:** Técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não houve transferências entre avaliações de valor justo Nível 1 e Nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo Nível 3 e Nível 2.

19. Cobertura de seguros

A Companhia busca coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes:

	Importâncias seguradas		Vigência
	31/12/2025	31/12/2024	
Riscos cobertos			
Riscos operacionais	-	768.828	-
Responsabilidade civil geral	-	20.000	-
Responsabilidade civil adm. e diretores	15.000	15.000	17/3/2025 a 17/3/2026
Responsabilidade financeira fornecedor	-	495	31/01/24 a 31/01/25

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.1, no contexto da reestruturação das relações contratuais e da transferência do Direito Real de Superfície (DRS) e da gestão operacional do estádio ao Grêmio Foot-Ball Porto Alegre, as apólices de seguros relacionadas à operação e à infraestrutura da Arena foram transferidas ao Grêmio, que passou a ser o responsável pela contratação e manutenção das

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

coberturas securitárias associadas ao ativo.

Dessa forma, a partir da efetivação da referida transação, a Companhia deixou de manter apólices vinculadas aos riscos operacionais do estádio, permanecendo apenas coberturas residuais relacionadas à sua estrutura societária e administrativa.

20. Sinistro e Indenização Securitária - Enchente em Porto Alegre - RS

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 21, em maio de 2024, as operações da Companhia foram severamente impactadas pelas inundações que atingiram a cidade de Porto Alegre/RS. Como consequência direta do evento climático extremo, diversos bens do ativo da Companhia foram danificados ou tornaram-se inutilizáveis, exigindo sua baixa contábil conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado.

A Companhia possuía apólice de seguro, firmada com a Zurich Minas Brasil Seguros S/A., a qual contempla cobertura para danos patrimoniais emergentes e lucros cessantes decorrentes de eventos naturais.

A baixa dos ativos sinistrados foi efetuada com base nos respectivos valores contábeis líquidos (custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada). A contrapartida foi registrada no resultado do exercício, na rubrica “Perdas com sinistro”.

No âmbito do processo de regulação do sinistro, a Companhia recebeu indenizações securitárias relacionadas tanto à recomposição de ativos danificados (danos materiais) quanto à compensação pelas perdas operacionais decorrentes da interrupção das atividades (lucros cessantes).

Durante o exercício de 2024, foram recebidos R\$ 28.000 a título de indenização parcial, correspondentes à reposição de parte dos bens danificados. Esse montante foi registrado no resultado do exercício, compensando parcialmente as perdas contabilizadas. Em 2025, foram recebidos R\$ 19.237, bem como a parcela referente a lucros cessantes no montante de R\$ 9.799, totalizando R\$ 29.036.

Os valores recebidos foram reconhecidos no resultado dos exercícios correspondentes, em rubricas compatíveis com sua natureza, observando os critérios contábeis aplicáveis para reconhecimento de indenizações securitárias.

A Administração entende que, com a conclusão das principais etapas do processo de regulação do sinistro e a recomposição dos ativos afetados, os efeitos financeiros associados ao evento climático ocorrido em 2024 foram substancialmente equacionados.

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Calamidade climática no Rio Grande do Sul

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, no mês de maio de 2024 a cidade de Porto Alegre foi atingida por um evento climático de grande magnitude que resultou em alagamento parcial das instalações da Arena e impactos relevantes nas operações da Companhia.

A enchente atingiu principalmente áreas localizadas no nível -2 do estádio, causando danos em instalações elétricas, casas de bombas, infraestrutura de dados, sistemas operacionais do campo de jogo, áreas da zona de competição e estruturas do estacionamento, entre outros componentes operacionais.

Em decorrência desse evento, as atividades da Arena permaneceram interrompidas por aproximadamente 126 dias, com retomada gradual das operações a partir de setembro de 2024, inicialmente com capacidade reduzida de público e utilização de sistemas provisórios de energia.

a) Recuperação das operações

Ao longo do exercício de 2025, foram concluídas etapas relevantes do processo de recuperação das áreas afetadas, incluindo reparos em sistemas elétricos, restabelecimento da infraestrutura operacional e recomposição de equipamentos e mobiliários danificados.

Embora determinados ajustes e melhorias ainda tenham sido realizados ao longo do período, as operações do estádio foram gradualmente normalizadas.

b) Indenizações securitárias

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 20, a Companhia acionou suas apólices de seguro para cobertura de danos materiais e lucros cessantes decorrentes do evento.

Durante o exercício de 2025, a Companhia recebeu e/ou teve confirmadas indenizações securitárias relacionadas aos sinistros, as quais foram destinadas prioritariamente à recomposição de ativos danificados e à compensação parcial dos impactos operacionais decorrentes da interrupção das atividades.

Os valores reconhecidos observaram os critérios contábeis aplicáveis para reembolso de perdas e recuperação de despesas incorridas, sendo registrados nas rubricas correspondentes das demonstrações financeiras.

c) Efeitos nas demonstrações contábeis

Os efeitos associados ao evento e ao processo de recuperação foram refletidos nas demonstrações contábeis da Companhia principalmente por meio de:

ARENA PORTO-ALEGRENSE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- reconhecimento de despesas de reparação e recuperação de ativos;
- baixa ou substituição de ativos danificados, conforme avaliações técnicas realizadas pela administração;
- reconhecimento de valores recuperados por meio de indenizações securitárias, quando da confirmação do direito de recebimento.

A Administração entende que as medidas adotadas permitiram a recuperação das condições operacionais do estádio e a mitigação dos impactos financeiros associados ao evento climático.

22. Eventos subsequentes

Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, não foram identificados eventos subsequentes que pudessem requerer ajustes nas informações apresentadas ou divulgação adicional.
